



APAGARAM A LUZ DO BRASIL

A privatização da Eletrobras compromete a soberania nacional e terá sérios impactos para a população, para o meio ambiente e para **as trabalhadoras e os trabalhadores.**

Pág. 4 a 7

PEC32: Separamos alguns dados sobre o funcionalismo público brasileiro que ajudam a perceber as mentiras que Guedes conta.

Pág. 8

Internacional: Palestina, símbolo histórico de luta e resistência, enfrenta novos ataques.

Pág. 10 e 11

Privatizações das estatais, avanço do ataque aos serviços públicos e aos direitos dos povos indígenas, tudo isso em meio a uma pandemia que no Brasil já deixa a marca de mais de 540 mil mortos, vítimas de uma política genocida que deliberadamente escolheu tratar a maior pandemia do nosso século como se fosse uma ‘gripezinha’. Este descaso vitimou grande parte da população com a realidade da morte cotidiana, com o aprofundamento da fome e do desemprego, com a falta de perspectiva.

Se por um lado temos a sensação de que a triste realidade brasileira, com a pandemia e com as políticas de um governo genocida, não mudou desde o início deste ano, por outro lado precisamos destacar que a luta de classes se acirrou com a retomada das lutas organizadas nas ruas, apontando para um novo patamar de mobilização. As datas nacionais unificadas de luta que iniciam em maio, adentram em junho e julho e levam às ruas a indignação da classe trabalhadora exaurida pelo genocídio. Nas gargantas, nas faixas, nos cartazes, nas camisetas, os trabalhadores

e trabalhadoras organizados(as) têm avançado na retomada da resistência pelo Fora Bolsonaro e seus aliados.

E não poderia ser diferente quando entendemos a gravidade do desmonte das nossas estatais, como é o caso da privatização da Eletrobras e dos Correios. No caso da Eletrobras, a entrega das ações da estatal ao mercado financeiro resultará não só na redução da participação da União nos seus lucros, transferindo esse patrimônio para o setor privado, se não que impactará diretamente no bolso do(a) trabalhador(a) com o aumento das tarifas e a possibilidade de novos apagões. Além disso, aumenta a possibilidade de mais crimes sociais e ambientais e ataques à soberania energética do país.

A contrarreforma Administrativa avança no Congresso e, portanto, reforçar a organização de nossas lutas é central, especialmente com a forte articulação junto aos servidores públicos das três esferas. Por isso, no 12º Conad Extraordinário do ANDES-SN, realizado nos dias 02, 09 e 16 de julho, os e as docentes aprovaram no Plano de Lutas

a construção do I Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Serviços Públicos que acontecerá nos dias 29 e 30 de julho. Também reforçaram a necessidade da presença do ANDES-SN nas ruas e ampliando ações de solidariedade contra a fome. A categoria aprovou, ainda, a realização de um congresso presencial no primeiro trimestre de 2022.

Reconhecemos que as lutas internacionais pela emancipação dos povos são centrais para um sindicato classista. Neste sentido, a solidariedade internacionalista é urgente tanto à histórica resistência do povo palestino, como veremos em matéria especial neste InformANDES, quanto ao povo cubano, como reafirmamos em moção de apoio aprovada no 12º Conad.

Fortalecer nossa organização nas ruas pelo Fora Bolsonaro, fortalecer nossa solidariedade de classe e internacionalista e avançar no sentido da reorganização da classe trabalhadora brasileira são tarefas urgentes e necessárias e que o ANDES-SN constrói dia a dia.

24J VAI SER MAIOR!

**QUEREMOS VACINA,
PÃO, SAÚDE E EDUCAÇÃO**

FORA GENOCIDAS!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Edgard Léda, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Congresso presencial do ANDES-SN será realizado no primeiro trimestre de 2022

Representantes de 76 seções sindicais do ANDES-SN participaram do 12º Conad Extraordinário, realizado em plataforma na internet, por três sextas-feiras consecutivas (2, 9 e 16). O encontro, com tema central “Em defesa da vida, da educação pública e dos serviços públicos: resistir é preciso!”, atualizou o plano de lutas da categoria, aprovou as contas da entidade e tratou ainda de outras questões organizativas.

Uma das resoluções muito debatidas durante o segundo dia do 12º Conad Extraordinário foi a sobre a realização do próximo congresso do ANDES-SN. Instância máxima de deliberação das e dos docentes organizados no Sindicato Nacional, o último congresso do ANDES-SN aconteceu em fevereiro de 2020, em São Paulo.

Foram apresentadas duas propostas, uma para a realização do evento, em formato presencial, no primeiro trimestre de 2022; e outra para que o congresso ocorresse, em formato virtual, em outubro desse ano. Após amplo debate, a maioria dos delegados e das delegadas votou para que o congresso aconteça presencialmente no início do ano que vem, caso existam condições sanitárias para tal.

Plano de lutas

As e os docentes aprovaram uma série de resoluções, as quais atualizam o Plano de Lutas dos Setores das Instituições Federais de Ensino (Ifes) e das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes) do Sindicato Nacional e irão orientar a luta da categoria docente no próximo período.

Entre as ações aprovadas estão a intensificação campanha contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 - da contrarreforma Administrativa -, a participação no ato de 24 de julho pelo Fora Bolsonaro e Mourão e em defesa da vida, e ainda indicativo de uma greve nacional dos servidores das três esferas em agosto, em data a ser avaliada em conjunto com o Fonasefe e demais entidades. O ANDES-SN irá, também, participar e ajudar a construir o I Encontro Nacional das e dos Servidores Públicos do Brasil, previsto para 29 e 30 de julho.

Além de também seguir na construção do IV Encontro Nacional de Educação, previsto para acontecer em 2022, as e os docentes deliberaram ainda que as seções sindicais se envolvam intensamente na “Campanha Nacional contra os cortes e em defesa da universidade” organizada pelo ANDES-SN, que será lançada em breve.

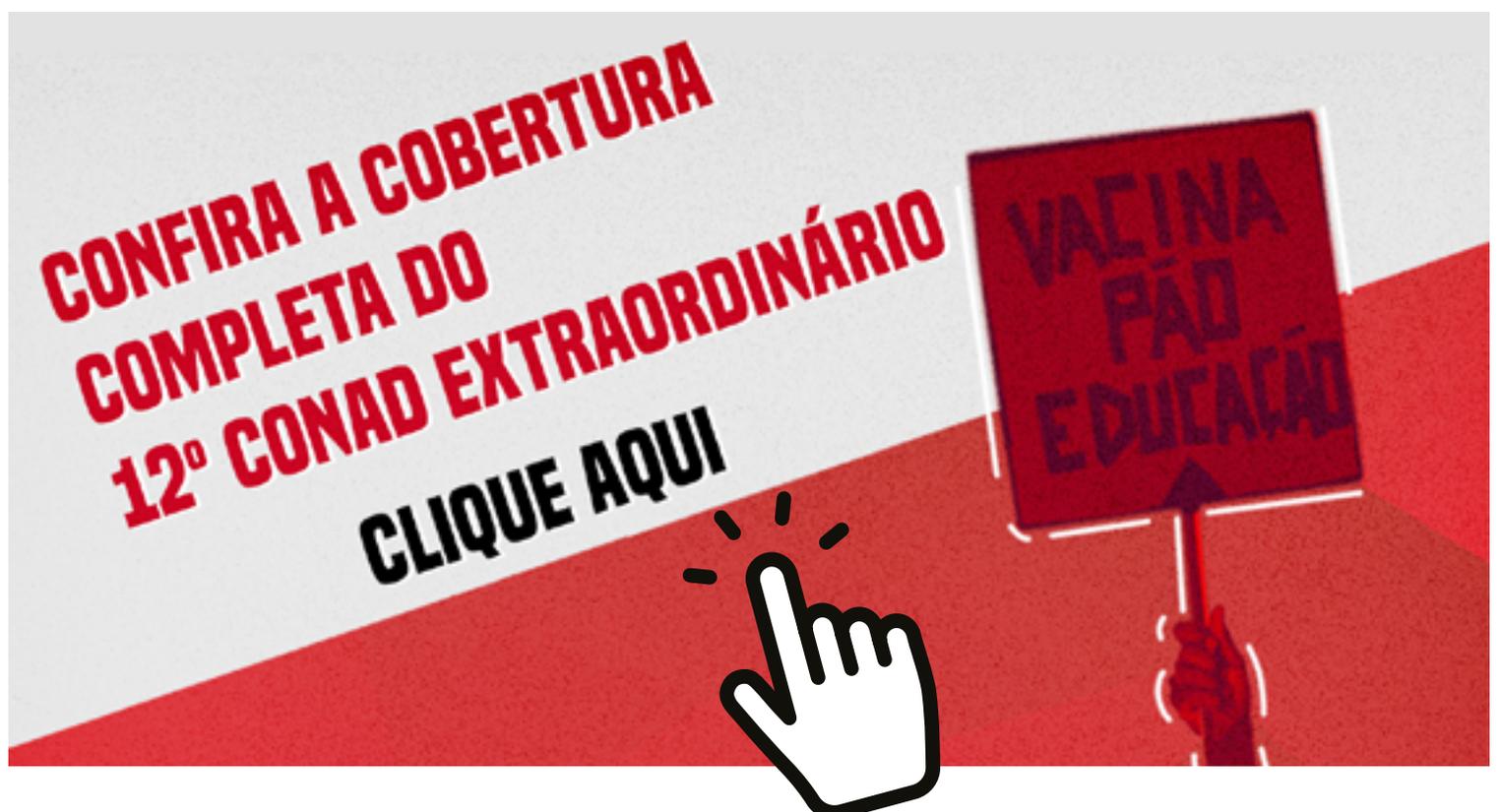
Outra resolução aprovada, após várias manifestações das e dos participantes, foi

que o ANDES-SN intensifique o apoio às lutas locais e nacionais de combate e de enfrentamento à necropolítica implantada pelos governos federal, estaduais e municipais com vistas à construção de unidade na luta com os movimentos negros, LGBTQIA+, dos povos originários e tradicionais, e das pessoas com deficiência contra os genocídios do povo negro; dos povos originários e tradicionais, da comunidade LGBTQIA; dos povos do campo e da cidade; das pessoas com deficiência; e das pessoas idosas.

“Foram três dias intensos de debates que, no formato virtual, nos impõem limites e cansaço, físico e mental. Mas temos a certeza que foram feitas grandes discussões e debates que irão, sem dúvida, fortalecer as lutas do nosso sindicato”, disse Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN, ao encerrar os trabalhos do 12º Conad Extraordinário. “Saímos daqui com a certeza de que resistir é a nossa marca, e enfrentar é a nossa história”, acrescentou.

Números do 12º Conad Extraordinário

O encontro contou com 251 pessoas inscritas, sendo 66 delegados e delegadas, 138 observadores e observadoras, 33 diretores e diretoras, 14 convidados e convidadas. Representantes de 76 seções sindicais do ANDES-SN participam do evento.



Eletrobras: Governo privatiza a maior empresa de energia elétrica da América Latina

Confira as consequências do ato para a população, o meio ambiente e a economia do país



FOTO: ACERVO ELETROBRAS

Para evitar o que chamou de “caos no sistema energético”, o presidente Jair Bolsonaro, com o apoio da sua base governista, conseguiu aprovar, no mês de junho, a privatização da Eletrobras. A proposta tramitou no Congresso Nacional por meio da Medida Provisória (MP) 1031/21, o que dificultou um debate mais amplo por conta do prazo de vigência da MP, que é de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período. Atualmente, a Eletrobras é vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) e responsável por 30% da energia gerada no país.

Fernando Fernandes, da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia (Pocae), criticou a rapidez com que a proposta foi aprovada e o discurso defendido pelo governo sobre uma possível crise hídrica no setor elétrico para passar a MP. Para ele, o governo federal tentou responsabilizar tanto o clima quanto a população, que estaria “desperdiçando” energia.

“Todas as evidências, levantadas pelo MAB junto com outras organizações, apontam que os reservatórios foram esvaziados propositalmente pelas empresas. Com isso, elas acionam as bandeiras tarifárias e garantem um aumento da conta de luz, e, conseqüentemente, a ativação das termoelétricas, que também são de posse das empresas que ativam um mecanismo de aumento das contas de luz”, explicou o coordenador do MAB.

As novas ações da Eletrobras, que serão vendidas no mercado sem a participação do governo, resultam na perda do controle acionário de voto majoritário mantido atualmente pela União. A venda de ações deve reduzir a participação da União na companhia para 45%. Cada acionista, individualmente, não poderá deter mais de 10% do capital votante da empresa. Sobrará à União uma ação de classe especial (*golden share*) que lhe garante poder de veto em decisões da assembleia de acionistas. A medida

permite a concessão de exploração de usinas para as empresas privadas por um período de 30 anos.

Segundo especialistas do setor elétrico, a privatização da maior empresa de energia elétrica da América Latina trará graves consequências à população brasileira e à economia do país, como o aumento de tarifas, desindustrialização e desemprego, possibilidade de novos apagões, crimes sociais e ambientais, violação de direitos, ataques à soberania energética do país, entre outros.

Eletrobras

Com a privatização, o governo federal entrega à iniciativa privada 48 usinas hidrelétricas, 12 termelétricas a gás natural, óleo e carvão, 2 termoeletrônicas, 62 usinas eólicas e uma usina solar, próprias ou em parcerias, distribuídas por todo território nacional, além de diversos laboratórios de pesquisa e mais de 71,1 mil quilômetros de linhas de transmissão. O patrimônio da Eletrobras é avaliado em quase R\$ 400 bilhões.

Tarifajos



Com a privatização, segundo Fernando Fernandes, a conta de luz poderá ficar cerca de 20% mais cara nas residências. O aumento percentual já foi previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 2018, quando o debate sobre a privatização da empresa estatal veio à tona no governo de Michel Temer (MDB), com o Projeto de Lei (PL) 9463/18. Atualmente, a Eletrobras produz uma das energias mais baratas vendidas no país, em torno de R\$ 65,00/1.000 kWh (quilowatt por hora). O valor é bem abaixo do mercado de energia, que cobra em média R\$ 250,00/1.000 kWh.

Emanuel Mendes, diretor da Associação de Empregados da Eletrobras (Aeel), concorda que a privatização causará aumento nas tarifas. “A concentração de mercado que a Eletrobras possui vai conceder aos seus novos acionistas um poder de determinar oferta, e, portanto, os preços de energia. Assim, a tarifa final deve subir em paralelo com o aumento de crises de abastecimento, prejudicando diretamente as famílias e as empresas, mas principalmente os mais pobres, que no futuro próximo não terão acesso ao serviço essencial de energia”, afirmou.

Desindustrialização e desemprego



Cerca de 99% da população brasileira utiliza energia elétrica e praticamente todos os setores produtivos estão relacionados à eletricidade. Com custos maiores, pequenas e médias indústrias podem fechar, agravando a desindustrialização e o desemprego em todo país. Outra consequência será o aumento no preço de bens de consumo, alguns essenciais, pois a alta no processo de produção deve ser repassada ao consumidor final.

“Tende-se com o aumento da energia, que é um dos insumos principais no setor de produção, que pequenas e médias indústrias possam vir a decretar falência, agravando ainda mais o desemprego no nosso país. Em vez de estimular os insumos de produção, como a energia, para que sejam mais baratos e aumentar a produção industrial, o governo privatiza a Eletrobras para garantir um aumento abusivo das contas de energia elétrica do nosso país”, criticou Fernandes.

Novos apagões



Além do aumento de tarifa, o país também corre o risco de ter a qualidade

da geração, transmissão e distribuição da energia prejudicada e vivenciar novos apagões energéticos, como os que ocorreram no estado do Amapá em 2020, depois da privatização da área de transmissão de energia elétrica no estado. As empresas privadas assumiram o controle da área há alguns anos - Isolux e depois, em 2020, a Gemini Energy -, e negligenciaram os investimentos na manutenção do sistema. O resultado foi um apagão que durou três semanas.

“As empresas pensam em apenas explorar lucros e não garantem reformas e melhorias em suas infraestruturas, desencadeando processos e deixando a população à mercê. Então, esses novos apagões podem ser uma tendência tanto no país todo, como nos estados que estão passando pelo processo de privatização”, alertou o representante do MAB e do Pocaé.

Soberania



A privatização da companhia de eletricidade também comprometerá a soberania nacional, ao tirar do controle do Estado a maior produtora e distribuidora de energia do país. Cerca de 75% da eletricidade gerada no país é proveniente de usinas hidrelétricas e a geração de energia é apenas uma das



utilidades dos reservatórios, ao lado do abastecimento de água, da regularização dos rios, da irrigação, entre outros. Por esta razão, conforme Fernandes, o controle das grandes usinas hidrelétricas é estratégico.

“Os novos acionistas da Eletrobras também serão donos das hidrelétricas em quase todas as bacias hidrográficas do nosso país. O controle dessas bacias poderá abrir mercado para consolidar no nosso país um projeto antigo sobre a instalação do mercado das águas no Brasil, em que rios, aquíferos, águas subterrâneas, lagos, reservatórios se tornariam privados. Se cria um mercado de outorga pela utilização da água, que é um modelo que já existe no Chile. É uma medida que pode dificultar o acesso à água, criar conflitos e aumentar o custo das tarifas de água”, disse Fernandes.

ANDES-SN contra a privatização

O ANDES-SN sempre foi crítico ao processo de privatização das estatais, iniciado nos anos 1990 com governos neoliberais e que prossegue até os dias atuais. Para a entidade, a privatização da Eletrobras é mais um ataque, neste momento de crise sanitária e econômica, ao povo brasileiro, que sofrerá com aumentos abusivos nas contas de luz e a perda de qualidade no serviço prestado, além dos impactos sociais e ambientais que também afetam a população.

Novos crimes



Outra grande preocupação em relação à privatização da Eletrobras é a possibilidade de ocorrerem crimes sociais e ambientais, como foi o caso do rompimento das barragens nos municípios de Mariana (MG) em 2015, da mineradora Samarco S., e Brumadinho (MG) em 2019, da Vale S.A, criada a partir da privatização da então empresa estatal brasileira Companhia Vale do Rio Doce.

“São os casos mais tristes na história do Brasil e mostram o que significa a privatização, em que empresas passam a ter apenas como prioridade a exploração dos recursos naturais e a garantia de lucro acima de tudo e, ainda, não realizam a manutenção nas estruturas. Então, essa é uma das nossas preocupações com a privatização da estatal, considerando que a Eletrobras é dona de barragens hidrelétricas em quase todas as bacias do país”, argumentou Fernandes.

Para ele, a privatização da estatal também terá impacto negativo na garantia dos direitos das populações atingidas pela construção de barragens. “Defendemos a manutenção da Eletrobras enquanto uma empresa pública, porque ela nos possibilita a garantia dos direitos das populações atingidas e facilita o debate de um

projeto de nação e sobre o papel da água e a energia em nosso país. Não necessariamente uma empresa pública tem como prioridade a geração de lucro, mas a de servir a sociedade”, reforçou o coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Efeito estufa



Uma das grandes polêmicas no texto aprovado pelo Congresso Nacional sobre a privatização da Eletrobras é a contratação de mais termelétricas no país. Hoje, as termelétricas costumam funcionar quando o volume de água no reservatório das usinas hidrelétricas está baixo. O governo, ao privilegiar a matriz térmica em detrimento de fontes mais limpas como a solar e a eólica, opta por contribuir com impactos ambientais significativos. Uma pesquisa do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema) estima que a privatização da empresa trará um aumento anual de 24,6% nas emissões de gases de efeito estufa em comparação a dados de 2019 do setor elétrico. Nesse cenário, também podem crescer, em 45%, as emissões das termelétricas a gás natural.

Terceirização



No setor elétrico brasileiro, uma das características do processo de privatização é a substituição de trabalhadores e trabalhadoras do quadro próprio



por terceirizados e terceirizadas, explica Emanuel Mendes, diretor da Aeel. “Os terceirizados sofrem com condições precárias de trabalho, o que afeta a qualidade do serviço, mas também impacta a segurança desses trabalhadores”, ressaltou.

Mendes disse que, com as privatizações nas últimas décadas, o número de vínculos laborais no setor foi reduzido quase pela metade, resultado, segundo ele, da “terceirização em massa”. Atualmente, a Eletrobras possui cerca de 12 mil trabalhadores e trabalhadoras no seu quadro funcional.

De acordo com Mendes, a Aeel irá recorrer e provar que a MP é inconstitucional. “Além da terceirização, a medida fere vários artigos da Constituição Federal, dentre eles o artigo 37 que afronta os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade

e eficiência que rege a administração pública, uma vez que fere a legalidade ao não se observar os requisitos de urgência e relevância de uma MP”, detalhou.

Privatização



O processo de privatização de grande parte do segmento de distribuição da energia elétrica no país teve início na década de 1990. A distribuição é o setor responsável por receber a energia das empresas de transmissão e distribuí-las para os centros consumidores residenciais e industriais.

Nos últimos anos, foram privatizadas as distribuidoras que eram controladas pela Eletrobras nas regiões Norte e Nordeste e, também, distribuidoras estaduais como a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica Rio Grande do Sul (Ceee), a Companhia Energética de Brasília (CEB)

e a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), todas em 2021. (Veja o quadro)

Hoje, no setor de distribuição de energia elétrica restam apenas algumas empresas públicas como a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a Companhia Paranaense de Energia (Copel), Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) estaduais; e DME Poços de Caldas, municipal.

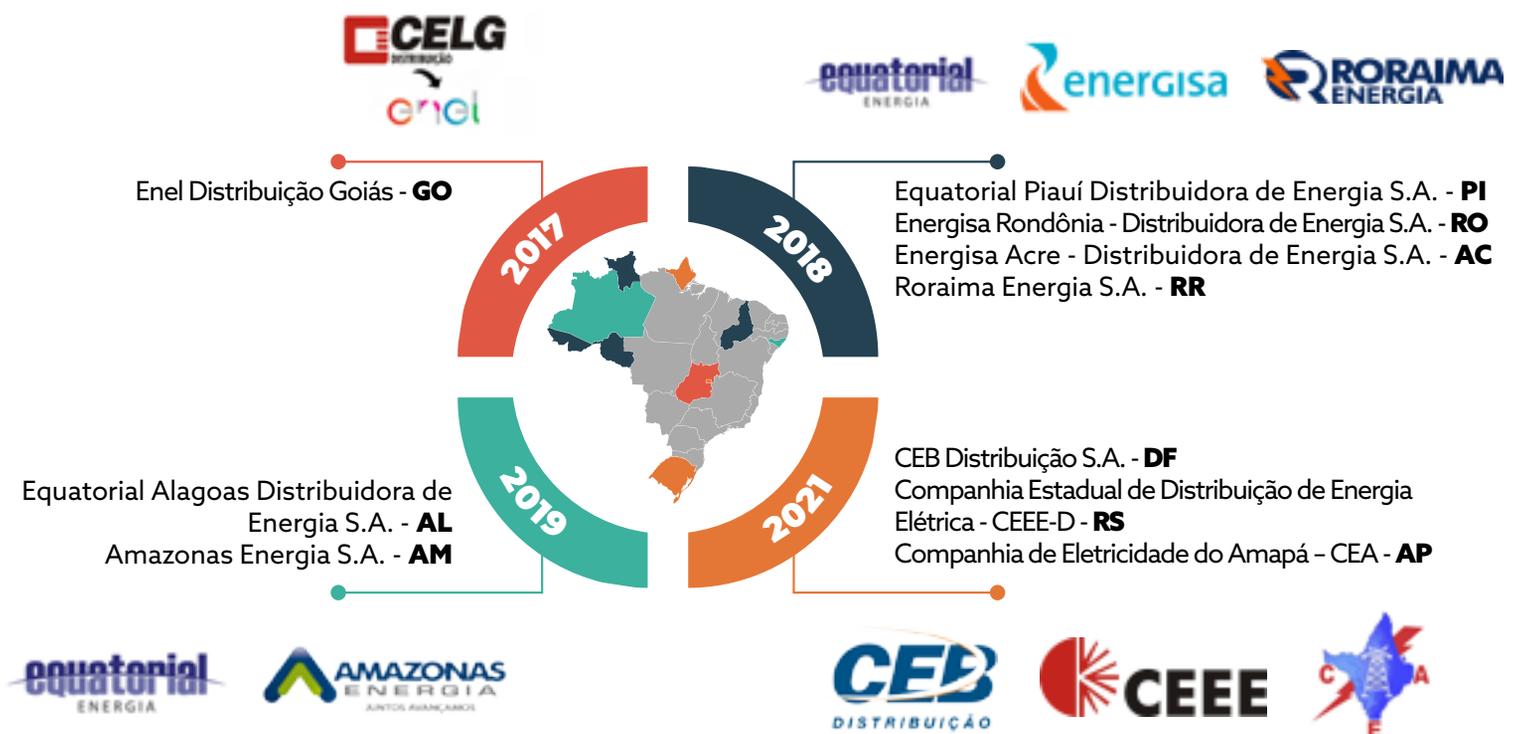
Após muitos protestos contra a forma como foi conduzida a votação e contra o conteúdo do projeto, diante de tantas irregularidades, a privatização da Eletrobras poderá ser contestada na Justiça. Soma-se ainda o fato do presidente Bolsonaro ter sancionado a proposta, no dia 12 de julho, com diversos vetos, alguns a cláusulas que protegiam as e os servidores da estatal e evitavam a extinção de algumas subsidiárias da Eletrobras.

Vetos

O presidente Jair Bolsonaro sancionou com vetos a Lei 14.182/21, que viabiliza a privatização da Eletrobras. Sob o argumento de que contrariam o interesse público, Bolsonaro vetou a possibilidade de que as e os empregados da Eletrobras adquiram até 1% das ações da União, com preço fixado antes da publicação da MP da privatização, e a exigência que o Executivo reaproveite, em outras áreas, funcionárias e funcionários demitidos sem justa causa até 12 meses depois da privatização. O requisito de realocação das e dos moradores que ocupam a faixa de servidão de linhas de transmissão de alta tensão também foi vetado. O texto determinava a mudança para moradias do programa Casa Verde e Amarela. Conforme o Executivo, não há previsão orçamentária, tampouco critérios para a seleção dos beneficiários.

Outro trecho vetado pelo presidente determinava que quatro subsidiárias da Eletrobras (Chesf-PE, Furnas-RJ, Eletronorte-DF e Eletrosul-SC) não seriam extintas, incorporadas ou fundidas por no mínimo dez anos. Segundo o governo, essa regra dificultaria o processo de desestatização e poderia também limitar a gestão da empresa. Foi vetada também a obrigação de os nomes indicados para diretoria do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) passarem por sabatina no Senado, entre outros vetos. O Congresso Nacional analisará os vetos do presidente.

Concessionárias de distribuição privatizadas:



PEC 32: Reforma Administrativa

Dados REAIS sobre o funcionalismo público no Brasil para entender as mentiras de Paulo Guedes

Desde a redemocratização do país, os sucessivos governos (nas três esferas – municipal, estadual e federal) têm buscado, em alguma medida, implantar reformas que desconfiguram o serviço público, e abrem espaço para privatizações, através de terceirização, parcerias público privadas, concessões.

Um dos grandes argumentos para as reformas implementadas até o momento e para a que tramita atualmente no Congresso

Nacional - Reforma Administrativa, PEC 32 – é o custo dos servidores para a União, estados e municípios. O ministro da Economia – Paulo Guedes – alega, por exemplo, que servidores têm altos salários e que a estabilidade é uma regalia que leva à falta de qualidade do serviço. No entanto, boa parte dos servidores que será afetada pela reforma não são os mais remunerados e a dita “ineficiência” está relacionada, quase sempre, à diminuição

no número de trabalhadores para atender à crescente demanda da população por serviços, em especial nas políticas sociais, e às péssimas condições de trabalho e estrutura de atendimento.

Separamos abaixo alguns dados do Atlas do Estado Brasileiro, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sobre o funcionalismo público do país que ajudam a perceber as mentiras que Guedes conta. Confira:

Vínculo

Você sabia que o número de servidores estatutários já está diminuindo?

Na administração federal, a contratação de servidores estatutários ainda é amplamente majoritária, mas diminuiu nos últimos anos. Os vínculos estatutários eram 97% em 1994 e chegaram a 92%, em 2017.

De 1999 a 2020, o número total de celetistas ou servidores com vínculo temporário (excluídas as contratações de terceirizados) passou de 46.569 para 96.168, um aumento de 107%.

Você sabia que em 2019, o serviço público representava 16,3% dos vínculos empregatícios no Brasil?

Em 2019, 16,3% dos trabalhadores brasileiros eram servidores públicos. O setor privado é responsável por 81,7% dos vínculos, e há ainda 1,5% em empresas públicas ou mistas e 0,719% em vínculos públicos de outra natureza.

E que a quantidade de servidores públicos no Brasil vem diminuindo?

Em 2014, eram 9,98 milhões pessoas em vínculos públicos, já em 2019, eram 9,46 milhões em vínculos com municípios (59,7%), estados (31,6%) e União (8,6%)

Remuneração

Você sabia que o servidor público não é tão bem remunerado quando afirmam aqueles que defendem a diminuição do Estado e a Reforma Administrativa?

Em 2019, 88,32% dos servidores do Executivo (federal, estadual e municipal juntos) ganhavam menos de R\$ 7,5 mil por mês. E quase metade dos servidores (46,44%) ganhavam até R\$ 2,5 mil por mês.

Se considerarmos só servidores do Executivo municipal, apenas 5,12% ganhavam acima de R\$ 7,5 mil reais/mês.

Se considerarmos somente servidores federais civis, a remuneração líquida média mensal dos estatutários é R\$ 7,6 mil, dos celetistas é R\$ 7,2 mil e dos temporários é R\$ 3,6 mil.

As remunerações das três categorias se mantêm estáveis ou reduziram de 2010 a 2020.

Raça e Gênero

Além de mentir sobre a realidade dos salários, os governos também escondem o caráter racista e machista da estrutura do funcionalismo público.

Em fevereiro de 2020, por exemplo, 62% dos servidores civis ativos do Executivo federal com nível superior eram brancos, diante de 30% de negros, enquanto que, entre os que tinham até o ensino fundamental, 53% eram negros e 28%, brancos.

Em 2017, a média salarial dos homens no setor público brasileiro era 24,2% superior à das mulheres. Quando aplicado o recorte por poderes, no Executivo essa distância é ainda maior. Em 2017, a remuneração média dos homens foi de R\$ 4.571 enquanto a das mulheres foi de R\$ 3.473, o que representa 25% a menos.



STF adia para agosto julgamento sobre Marco Temporal que afeta demarcação de Terras Indígenas



FOTO: @BERGOVALEK (RIO BRANCO)

Inicialmente marcado para o último dia 30 de junho, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da ação de reintegração de posse movida pelo governo catarinense contra o povo Xokleng, referente à Terra Indígena (TI) Ibirama-Laklãnõ, foi adiado para o dia 25 de agosto pelo ministro Luiz Fux.

O governo de Santa Catarina apela à tese do Marco Temporal para questionar a ocupação Xokleng. Pelo argumento, defendido por ruralistas e pelo governo Bolsonaro, os povos indígenas só podem reivindicar as terras onde já estavam no dia 5 de outubro de 1988, dia da promulgação da Constituição Brasileira. E, para isso, ainda precisariam apresentar provas.

A decisão do Supremo terá impacto importante para a luta indígena no país, uma vez que o STF deu status de repercussão geral ao processo. Nesse caso, o veredito dos ministros da Suprema Corte será aplicado em todas as questões semelhantes de demarcações de terras.

Ana Patté, liderança Xokleng, integrante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), relata que os povos indígenas estavam confiantes de que a demarcação do território Xokleng seria aprovada, até mesmo

pela formação atual do STF. “Pelo que entendemos, entre os ministros que compõe hoje o Supremo, apenas um ou dois poderiam votar contra. Estávamos com pensamento positivo que o veredito seria a favor da demarcação do nosso território”, diz.

A representante da Apib lembra que, mesmo sabendo que a votação seria virtual, os indígenas estiveram em Brasília (DF) para marcar presença e fazer também pressão contra a aprovação do Projeto de Lei (PL) 490/2007, que também estabelece marco temporal para demarcação de terras indígenas, entre outros retrocessos.

“Compareceram muitas crianças, um número bem grande de jovens e idosos, que acompanham desde pequenos a questão da demarcação. Também estiveram muitas mulheres que perderam os maridos, que eram lideranças indígenas, como a esposa do cacique Lauro Juvei, que foi assassinado em 2005 por conta da demarcação de território. Os não-indígenas quiseram comprá-lo e ele não aceitou, se posicionou contra e foi assassinado”, conta.

De acordo com Ana Patté, o cacique foi encontrado morto na beira de uma estrada e até hoje o crime não foi solucionado e não foram encontrados os mandantes do assassinato.

“Também estavam em Brasília, além da esposa, muitos familiares dele (Juvei) e a juventude que, como eu, acompanha desde criança todo esse processo. Meu avô foi liderança e meu bisavô um dos caciques que acompanharam esse processo também. Agora, as novas gerações estão, da mesma forma, acompanhando esse processo demarcatório em nome daqueles que se foram e não conseguiram ver o seu território demarcado”, completa.

O Marco Temporal invisibiliza o criminoso processo histórico de ocupação do Brasil, pois ignora o direito dos povos que foram expulsos de suas terras de forma violenta. Muitos morreram durante a expansão rural e urbana dos brancos, por doenças ou assassinados. Desse modo, muitos indígenas foram impedidos de ocupar suas terras originárias, no momento em que a Constituição Federal foi promulgada.

“O povo indígena resiste e hoje reivindicamos nosso território, de onde fomos expulsos. Assim, gostaríamos que os ministros tivessem a consciência do que é ser expulso de suas casas por invasores, depois buscar a reparação e ter o pedido negado. Nossa luta é ainda mais difícil em um estado tão genocida, tão preconceituoso e racista como é Santa Catarina. Inclusive foi um dos estados que mais deu votos a Bolsonaro, ou seja, a maioria pensa igual a ele: nenhum centímetro de terra demarcada para indígena. Por isso, continuaremos na luta, para mostrar que a nossa história existe e resiste”, conclui Ana Patté.

Confira a live do ANDES-SN sobre a luta indígena contra o PL 490 e o Marco Temporal realizada em 6 de julho. Assista aqui: <https://youtu.be/8vTgGZJhBEQ>

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e seja direcionado/a para a página do ANDES-SN.



Palestina: símbolo histórico de luta e resistência enfrenta novos ataques



FOTO: FACEBOOK/PALESTINA

Enquanto a população ocupa as ruas na América Latina, do outro lado do oceano Atlântico, as palestinas e os palestinos enfrentam, além da pandemia de Covid-19, a violência do governo de Israel e lutam em defesa do seu direito à vida e ao território. A opressão histórica ao povo palestino e a disputa pelos territórios na Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental ganhou um novo capítulo brutal nos últimos meses.

Há anos, o governo de Israel vem impondo uma série de embargos e legislações contra os palestinos, com o intuito de expulsar a população da região, especialmente de Jerusalém Oriental, numa tentativa de transformar Jerusalém em uma cidade inteiramente israelense.

Oswaldo Coggiola, encarregado de Assuntos Internacionais do ANDES-SN, ressalta também a situação de discriminação à qual estão sujeitos os palestinos, principalmente os chamados árabes israelenses. “Há de se fazer notar que fizeram passar uma série de leis que discriminam ainda mais os árabes israelenses dentro do estado de Israel. Por exemplo, uma pessoa de origem árabe pode, de acordo com uma lei de comunidades que foi aprovada um pouco antes dos eventos mais recentes, simplesmente ser expulso de uma cidade por vontade de seus habitantes, o que implica que os árabes israelenses não podem fixar domicílio no estado de Israel,

porque estão, a qualquer momento, submetidos à possibilidade de serem expulsos da sua própria moradia”, explica.

Arlene Clemesha, do Centro de Estudos Árabes da Universidade de São Paulo (USP), acrescenta que o processo de expulsão das famílias em Jerusalém Oriental se intensificou em 2021. Segundo a docente, muitos moradores receberam ordem de demolição de suas casas. “Pessoas estão tendo que demolir suas próprias casas para evitar pagar a taxa de demolição. Porque, uma vez emitida ordem de demolição, ou a pessoa executa, ou se o governo executar demolição, [o governo] faz a pessoa pagar e cobra uma taxa exorbitante. Então, a família acaba preferindo ela mesma ir lá e demolir a casa. É uma situação não só injusta, mas também muito desumana, contra a qual não dá para ficar em silêncio”, ressalta.

Este conjunto de ataques motivou uma reação palestina muito forte, que se expressou primeiro em grandes mobilizações na Faixa de Gaza e Cisjordânia. A tensão na região aumentou após policiais israelenses ferirem gravemente palestinos em um protesto em Jerusalém. Em resposta, o Hamas, movimento islâmico no poder em Gaza, disparou uma salva de foguetes contra Israel. A escalada na violência resultou em 11 dias de conflito. O bombardeio do Estado de Israel à Faixa de Gaza, supostamente visando o Hamas, matou ao menos 232 palestinos, dos

quais 65 crianças, e feriu outros 1.900. Em Israel, 12 pessoas morreram e mais de 340 ficaram feridas. Várias áreas urbanas foram totalmente destruídas, incluindo três prédios ocupados por empresas jornalísticas e correspondentes internacionais.

“Houve mortos dos dois lados, mas obviamente que foi desproporcional. Foram atacadas cidades inteiras, praticamente toda a Faixa de Gaza. O Hamas é acusado de utilizar escudos humanos, mas o território de Gaza é tão pequeno que qualquer medida de defesa militar adotada pelo governo da Faixa de Gaza necessariamente vai estar situada em algum setor habitado por população civil. Não há território suficiente para instalar quartéis militares longe da população. Portanto, houve uma repressão muito violenta e houve manifestação por parte de diversos governos do mundo condenando a violência israelense, mas essa violência continua e aparentemente as pressões internacionais não surtem qualquer efeito no governo de extrema direita israelense”, explica Coggiola.

Durante os ataques, foram registrados vários protestos e até mesmo uma greve geral, impulsionados pela juventude palestina, que está na linha de frente contra repressão israelense e os ataques aos palestinos e à população árabe na Cisjordânia, Jerusalém Oriental e cidades mistas de Israel. Em diversos países, houve atos de solidariedade ao povo palestino, o que também intensificou a pressão de organismos internacionais e de várias nações pelo fim da ofensiva bélica. Em 21 de maio, foi firmado um acordo de cessar-fogo entre Israel e o Hamas, mediado pelo Egito.

Repressão continua após o cessar-fogo

O pacto durou pouco tempo. Desde o início de junho já foram ao menos três dias de bombardeios israelenses a instalações do Hamas. Segundo as forças de Israel, seriam em resposta a balões artesanais lançados próximos à Gaza e que provocaram incêndios. Não foram registradas mortes até o momento.

Além da resposta violenta de Israel aos balões, Arlene Clemesha denuncia também para a onda de prisões de manifestantes e lideranças de bairro. “Ou seja, prisões políticas. Prisões pelo simples motivo ter saído às ruas em manifestação contra o governo israelense, contra essa situação,

esse contexto, contra a ocupação. Já estavam acontecendo várias prisões e, assim que foi assinado o cessar-fogo, o governo anunciou que iria prender mais quinhentos ativistas. Quinhentos jovens palestinos”, conta. “A situação é essa. Como a intensidade não é tão elevada quanto naquele primeiro momento, acaba não chegando à imprensa, mas a repressão e a violência têm continuado. Assim como as incursões do exército [israelense] em cidades palestinas, em Jerusalém Oriental. Então, o que é preciso entender disso tudo, é que há uma ocupação que é militar, que é ilegal, que é israelense dos territórios palestinos”, acrescenta a docente da USP.

Israel elege novo líder

Em 14 de junho, o ultranacionalista religioso Naftali Bennett assumiu como primeiro-ministro de Israel, após 12 anos de mandato do conservador Benjamin Netanyahu. Bennett compõe uma aliança de oito partidos de diferentes espectros, formada para derrotar o antecessor, e com uma frágil maioria no Parlamento.

De acordo com Clemesha, o novo primeiro-ministro é uma figura extremamente radical e já se manifestou diversas vezes contrário ao Estado Palestino, defende a anexação israelense da Cisjordânia ocupada e o neoliberalismo econômico. Para ela, a coalizão encabeçada por Bennet é muito desigual, formada por partidos muito distintos. “É uma grande colcha de retalhos”, caracteriza.

“Agora, é justamente pelo jogo e pela tensão política entre os membros dessa coalizão que alguma coisa pode ser obtida em prol dos palestinos. Ou seja, brechas podem ser encontradas. E a primeira delas já foi, na verdade. O parlamento israelense não renovou uma lei muito prejudicial para os palestinos, que impede a reunificação familiar”, comenta.

No dia 5 de julho, o parlamento israelense não obteve maioria para aprovar a prorrogação de uma lei de 2003 que impedia que um israelense casado com uma palestina da Cisjordânia, por exemplo, obtivesse visto para morar legalmente em Israel. A votação foi considerada um teste da força do novo governo de coalizão, que saiu derrotado.

“E como que isso aconteceu? Com uma margem muito apertada de votos. Mas, principalmente, porque esse é um governo frágil. Não conseguiu maioria no Congresso pra aprovar a lei. Aliás, o voto [contrário à lei] do Netanyahu foi decisivo. Não porque ele quis beneficiar os palestinos, de forma alguma, mas porque ele queria prejudicar



FOTO: FACEBOOK/PALESTINA

a coalizão que o derrubou. São brechas como essas que podemos chegar a ver, mas sem muita esperança. O contexto é o mesmo, a ocupação permanece. Esse não vai ser um governo que vai de forma alguma reverter a política anti-palestina, o sistema de ocupação, nem nada disso. Mas apenas podemos ver a possibilidade de pequenas brechas, que possam favorecer os palestinos assim, no varejo, mas um varejo importante”, avalia a docente.

Exemplo e solidariedade

“A luta do povo palestino é uma luta de libertação e de emancipação nacional. Também é uma luta por direitos físicos, direitos humanos e direitos políticos”, destaca Arlene Clemesha, ao falar da representatividade da luta palestina. A docente ressalta que o movimento atual é impulsionado por uma juventude que questiona a própria Autoridade Palestina, considerada ineficaz, colaboracionista e até corrupta.

“Essa juventude palestina está chamando muita atenção mesmo. Ela está resgatando a dimensão da luta palestina enquanto uma luta de libertação e emancipação nacional. E por direitos, em todas as frentes e em todos os aspectos. É o aspecto em que a luta palestina inspira tanto as lutas ao redor de todo mundo. Eu acho que o papel da luta palestina como uma via de inspiração mundial está sendo resgatado de uma maneira impressionante, muito firme e muito nítida”, analisa.

Oswaldo Coggiola corrobora a percepção de que a luta palestina, pelo seu caráter simbólico e estratégico, se trata de uma das mobilizações mais importantes do mundo neste momento. “O povo

palestino precisa absolutamente de nossa solidariedade política, material e em todos os sentidos da palavra. Pois eles não só estão sendo discriminados, mas estão sendo completamente excluídos, na medida em que não são mais admitidos na terra em que suas famílias nasceram e se desenvolveram ao longo de séculos. Ou seja, desterrar um povo inteiro de seus territórios, impondo também enormes perdas humanas, se trata também de uma questão de vida ou morte de uma nação e de toda uma população”, reforça.

O diretor do ANDES-SN destaca dois fatos bastante encorajadores de apoio à luta do povo palestino. Por um lado, em 30 cidades palestinas houve manifestações conjuntas de árabes e judeus, contra a política de extrema direita do governo. Para ele, é possível antever uma possibilidade de convergência dos oprimidos judeus e palestinos em uma luta contra o governo de extrema direita, que tem claro apoio de governos de extrema direita do mundo inteiro, inclusive do governo Bolsonaro.

“Outro índice encorajador foi uma manifestação assinada por 230 brasileiros de origem judaica, condenando a política do governo Bolsonaro e condenando as políticas da extrema direita, o que significa que, na comunidade judaica, também existe uma forte sensibilidade contra as políticas de extrema direita que lembram as políticas que quase levaram ao extermínio do povo judeu na 2ª Guerra Mundial, quando Hitler fez aquela coisa horrorosa que foi o Holocausto judeu, o maior massacre da história da humanidade num curto período de tempo”, acrescenta.

* com informações do *Esquerda Diário*

VOZES MULHERES

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

- Conceição Evaristo

25
DE JULHO

VIA INTERNACIONAL
DA MULHER NEGRA
LATINO-AMERICANA
E CARIBENHA E VIA
NACIONAL DE
TEREZA DE BENGUELA

